

Artigos

Extensão rural e pluralismo institucional: experiências com a vitivinicultura no Planalto Catarinense

Rural extension and institutional pluralism: experiences with viticulture in the Plateau Catarinense

Cleber José Bosetti ¹, Cristian Soldi ¹, Leocir José Welter ¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina , Curitiba, SC, Brasil

RESUMO

O objetivo desse artigo é analisar as práticas e abordagens do Pluralismo institucional aplicadas nas ações extensionistas voltadas para o desenvolvimento da vitivinicultura no município de Curitiba, localizado no território do Planalto Catarinense. A viticultura é uma atividade em expansão na região, impulsionada por políticas públicas municipais e pela inclusão do território na Indicação Geográfica (IG) para os vinhos finos de altitude de Santa Catarina. A presença do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no município de Curitiba, por meio do Núcleo de Estudos da Uva e do Vinho (NEUVIN) em parceria com outras instituições, tem contribuído para o desenvolvimento da vitivinicultura por meio de atividades de pesquisa e extensão. Em termos metodológicos, o artigo apresenta uma reflexão teórico-metodológica acerca das ações extensionistas realizadas e suas aderências à abordagem do pluralismo institucional. Como resultados, as ações extensionistas conduzidas sob a abordagem do pluralismo institucional e ancoradas na interdisciplinaridade, têm contribuído para os processos de inovação social em termos de produtos e processos e, por conseguinte, colaborado para o desenvolvimento do território do Planalto Catarinense. Com isso, infere-se que tanto a interdisciplinaridade quanto a abordagem do pluralismo institucional são fundamentais para a sustentação do papel esperado para o extensionismo na atualidade.

Palavras-chave: Extensão rural, Pluralismo institucional, Vitivinicultura

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the practices and approaches of institutional Pluralism applied in extension actions aimed at the development of viticulture in the municipality of Curitiba, located on the plateau of Santa Catarina. The viticulture is an expanding activity in the region, driven by municipal public policies and the inclusion of the territory in the Geographical Indication (IG) for fine high wines

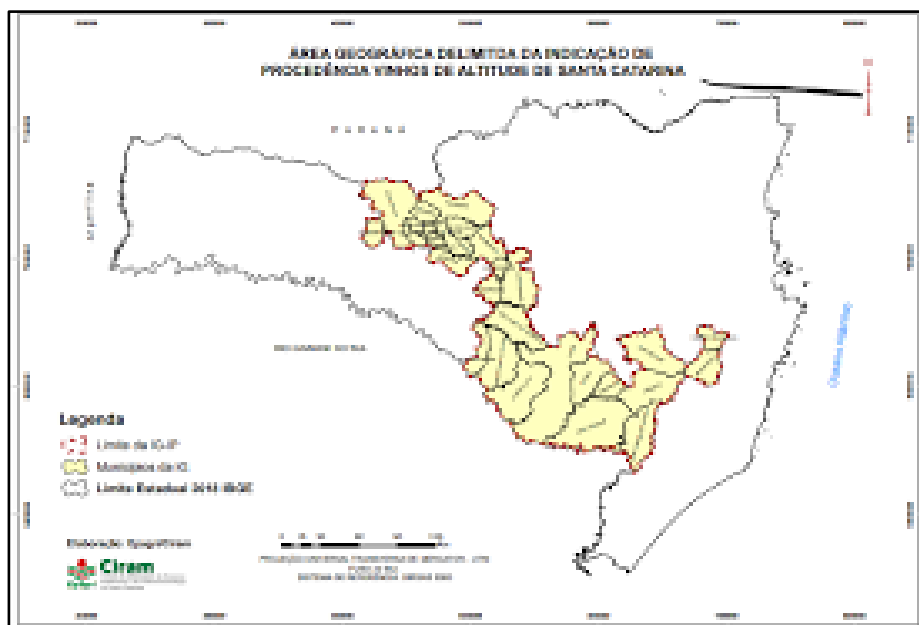
from Santa Catarina. The presence of the Rural Sciences Center (CCR) of the Federal University of Santa Catarina (UFSC) in the municipality of Curitibanos, through the Nucleus of Grape and Wine Studies (NEUVIN) in partnership with other institutions, has contributed to the development of the viticulture through research and extension activities. In methodological terms, the article presents a theoretical-methodological reflection on the extensionist actions carried out and their adherence to the institutional pluralism approach. As a result, the extension actions conducted under the approach of institutional pluralism and anchored in interdisciplinarity, have contributed to the processes of social innovation in terms of products and processes and, therefore, collaborated for the development of the territory of the Planalto Catarinense. With this, it is inferred that both interdisciplinarity and the approach of institutional pluralism are fundamental to sustain the expected role for extensionism in present time.

Keywords: Rural extension, Institutional pluralism, Viticulture

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da vitivinicultura no Brasil, nas últimas décadas, tem se destacado pela adoção de novas cultivares, pelo uso de práticas e processos mais sustentáveis, pela diversificação da produção, pela implementação das Indicações Geográficas (IGs) e pela sua expansão em novas regiões produtoras (Mello, 2018). No Estado de Santa Catarina, as atividades de pesquisa e extensão lideradas pela Empresa de Pesquisa e Extensão Rural (EPAGRI), pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), culminaram na criação da Indicação de Procedência (IP) para os vinhos finos de altitude (Pandolfo; Vianna, 2020). O reconhecimento dos vinhos produzidos na região fez com que a mesma obtivesse notoriedade no âmbito do enoturismo nacional (Ferri; Nodari, 2023).

A microrregião de Curitibanos, localizada no Planalto Catarinense, faz parte do território de composição da IG dos vinhos finos de altitude. Situada entre as latitude 26° a 28°, com uma altitude em torno de 1000 metros acima do nível do mar, a região possui um conjunto de condições apropriadas para a produção de uvas e elaboração de vinhos diferenciados (Rosier, 2018; Souza, *et al.*, 2019; Malinovski, 2021). Nessa perspectiva, a vitivinicultura passou a despontar como uma atividade com potencial de inovação às cadeias de valor da economia local.

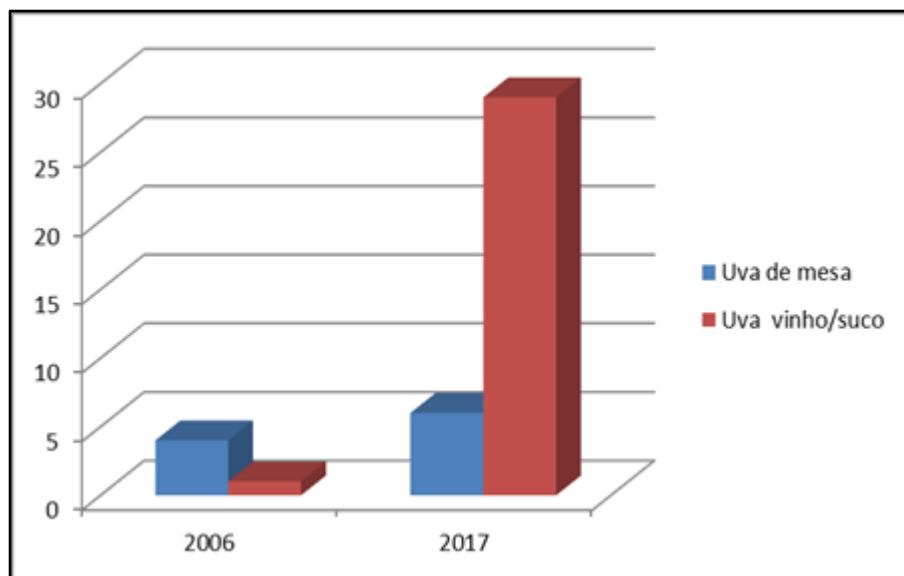
Figura 1 – Mapa do território da IP dos Vinhos Finos de Altitude de Santa Catarina

Fonte: Pandolfo; Vianna (2020)

Apesar dos aspectos favoráveis mencionados, as condições climáticas da região, com elevada umidade no período primavera-verão, é propícia à incidência de doenças nas videiras. Diante disso, o Núcleo de Estudos da Uva e do Vinho (NEUVIN) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da UFSC, passou a trabalhar em pesquisas com as uvas *PIWIs* (Pilzwiderstandsfähigen, que significa resistente a doenças fúngicas). Diversas pesquisas têm demonstrado que essas variedades apresentam resultados positivos de resistência às referidas doenças (Bonin, 2018; Zanghelini, 2018; Dias, 2020), bem como para o potencial de geração de vinhos finos de qualidade pelas mesmas (De Bem, 2019). Algumas das variedades pesquisadas e avaliadas já estão sendo cultivadas.

Paralelo aos trabalhos de pesquisa realizados na UFSC, desde as leis 5.095/2013 e 5.276/2014, a Prefeitura Municipal de Curitiba implantou um programa de cooperação técnica e financeira para incentivar a viticultura no Município. Essa política pública tem sido conduzida em parceria com a Associação dos Produtores de Uva e Vinho do município (APRUVAC). Dentre ações desse programa podem-se destacar a distribuição subsidiada de mudas de videiras *vitis labruscas* e *vitis viníferas* e o acompanhamento técnico-profissional em uma parceria da prefeitura com a EPAGRI.

Gráfico 1 – Evolução das Unidades Produtivas (UPs) com viticultura em Curitibanos (2006-2017)

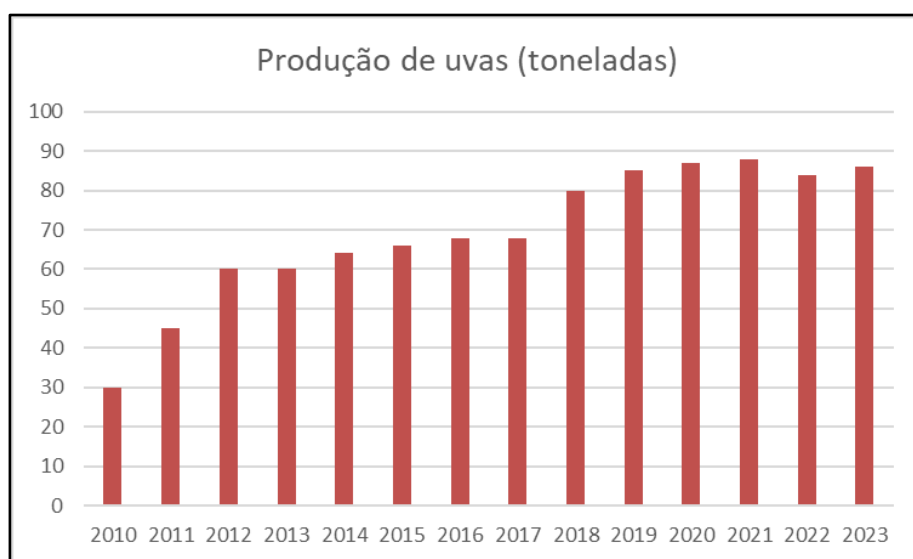


Fonte: IBGE (2022)

Com o aporte da política pública municipal houve um aumento das unidades produtivas que passaram a trabalhar com viticultura e na produção de uvas no município de Curitibanos. Em termos socioeconômicos, a viticultura do município é predominantemente constituída por agricultores familiares que, com o aumento gradativo da produção das videiras no decorrer das safras, precisaram encontrar destino para a uva e seus derivados.

Um dos produtos derivados da uva que passou a demandar aporte extensionista foi a elaboração do vinho, seja o das *vitis labruscas* ou das *vitis viníferas*. A elaboração do vinho é um processo biotecnológico que exige conhecimentos técnicos para se chegar a um produto final de qualidade (Venturini Filho, 2016). Assim, criou-se uma demanda extensionista para qualificar os processos de vinificação.

Gráfico 2 – Evolução da produção de uvas em toneladas no município de Curitibanos-SC no período (2010-2023)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2024)

Para atender as demandas referidas formalizou-se um acordo de cooperação interinstitucional entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos, a EPAGRI, a APRUVAC e UFSC, para impulsionar o desenvolvimento da vitivinicultura no município de Curitibanos-SC. Na UFSC, com apoio da FAPESC, foram elaborados os projetos de extensão “Aprimoramento das técnicas de vinificação e gestão da vitivinicultura” e o projeto de pesquisa “Ampliação da infraestrutura do Laboratório Multiusuário de Análise Instrumental”, visando à elaboração e análise de qualidade de produtos fermentados. Diante dos desafios postos, três perspectivas para as ações extensionistas foram delineadas: o pluralismo institucional, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento territorial.

O pluralismo institucional emergiu em função da diversidade de problemáticas e demandas que se tornaram relevantes para o extensionismo rural contemporâneo (Diesel; Neuman; Sá, 2012; Klerkx; Landini; Santoyo-Cortés, 2016). Em termos institucionais, consistiu na diversificação das organizações responsáveis pela realização dos serviços e pelos novos papéis a serem desempenhados pelos extensionistas (Diesel; Dias, 2016; Cremaschi *et al.*, 2019; Borsatto *et al.*, 2022).

A interdisciplinaridade emergiu como consequência das problemáticas complexas identificadas para o *lôcus* do extensionismo rural contemporâneo (Rivera; Alex, 2004; Diesel; Dias, 2016). Nisso, destacam-se as metodologias participativas, as orquestrações interinstitucionais e as abordagens territoriais (Diesel; Neumann; Sá, 2012; Knook, J; Turner, 2020). Essa perspectiva parte do pressuposto das complexas demandas do rural contemporâneo e chega ao entendimento de que o diálogo e a cooperação entre diferentes instituições é fundamental para atendê-las.

O desenvolvimento territorial consiste em processos sociais cumulativos, coordenados por atores, saberes e instituições de forma a qualificar os recursos existentes em determinado espaço geográfico (Pecqueur, 2013); é impulsionado pela dinamização dos processos produtivos a partir da qualificação de ativos tangíveis e intangíveis (Niederle, 2013) e pela especificação dos produtos obtida com a mobilização dos atores locais que promovem a aprendizagem e a inovação (Pecquer, 2005; Tonneau *et al.*, 2017). A mediação dos processos voltados para a inovação e sustentabilidade dos territórios é um dos papéis principais a ser desempenhado pelo extensionismo rural contemporâneo (Caporal, 2020).

Desse modo, a problemática central do presente trabalho é a seguinte: a orientação metodológica extensionista, pautada no pluralismo institucional, na interdisciplinaridade e na abordagem territorial, possui efetividade para atender as demandas extensionistas identificadas no território referido? Além dessa introdução, a segunda seção apresentará o delineamento metodológico do trabalho e a terceira a descrição das atividades realizadas, bem como a análise das mesmas. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais acerca do trabalho.

2 METODOLOGIA

As problemáticas centrais que orientaram as ações extensionistas no âmbito da vitivinicultura no município de Curitiba foram: como qualificar os processos e produtos da vitivinicultura do território? Que abordagens pedagógicas seriam mais

adequadas? Como as ações extensionistas poderiam contribuir para o desenvolvimento territorial? Em função disso, foram escolhidas três perspectivas teórico-metodológicas: a) conhecimento das realidades; b) educação pela valorização das experiências; c) abordagem interdisciplinar.

O conhecimento prévio das realidades vividas é um pressuposto fundamental para a condução dos processos educativos que visam despertar a autonomia dos sujeitos (Freire, 2015). Essa dimensão pedagógica da ação extensionista deu-se por meio de visitas informais às unidades produtivas e pelo diálogo interinstitucional com a EPAGRI e a Secretaria Municipal da Agricultura, entidades que realizam a assistência técnica periódica junto aos viticultores. As informações obtidas por meio desse diagnóstico subsidiaram a definição das ferramentas extensionistas subsequentes.

A concepção pedagógica das atividades extensionistas também se pautou na perspectiva da experiência, isto é, na situação pedagógica em que os sujeitos param, olham, observam e deixam-se tocar pelas coisas que estão vivenciando (Larossa, 2021). Sob essa perspectiva foram realizadas as atividades práticas e participativas envolvendo os atores interinstitucionais. A ideia de “fazer juntos” os processos técnicos voltados para o aperfeiçoamento da vitivinicultura, ancorou-se no pressuposto de vivenciar as experiências para que estas proporcionassem processos cognitivos.

Ademais, a pluralidade de atores e instituições envolvidas, cada qual com seus saberes e experiências, proporcionou uma convergência interdisciplinar (Follmann, 2014). O encontro dos diferentes saberes, acadêmicos e não acadêmicos é um dos caminhos para se aproximar da interdisciplinaridade. Na ação extensionista realizada isso se fez presente pelo envolvimento de professores de áreas do conhecimento distintas (química, agronomia, sociologia), técnicos agrícolas, agricultores e instituições distintas (UFSC; EPAGRI; APRUVAC; PREFEITURA MUNICIPAL).

Dessa maneira, o tópico seguinte buscará analisar as ações propriamente ditas realizadas junto aos vitivinicultores do município de Curitiba em função das três perspectivas de atuação extensionista referidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 – Síntese das atividades e metodologias aplicadas

| Ano | Atividade Pedagógica | Procedimentos Metodológicos |
|------|---|--|
| 2019 | Diagnóstico das realidades dos vitivinicultores | Visitas às unidades produtivas; diálogo com os atores institucionais da viticultura; análise sensorial dos vinhos produzidos. |
| 2020 | Análises químicas da uva | Coleta de amostras da uva no ponto em que os agricultores costumam determinar a colheita para vinificação e análises químicas das mesmas |
| 2021 | Dia de Campo | Atividade prática realizada na fazenda experimental da UFSC sobre “Poda em <i>vitis viníferas</i> ” |
| 2021 | Cartilha sobre vinificação | Manual técnico com passo a passo do processo de vinificação |
| 2022 | Curso de vinificação | Curso prático para elaboração de vinhos brancos, tintos e rosés com a participação dos vitivinicultores; |
| 2022 | Degustação de vinhos | Análise degustativa dos vinhos produzidos pelos vitivinicultores e dos vinhos elaborados no curso de vinificação. |
| 2023 | Curso de análise sensorial | Técnicas de análise sensorial e gustativa para aperfeiçoar as habilidades dos vitivinicultores. |
| 2024 | Ciclo de palestras | Palestras temáticas da implantação do vinhedo às vinificações |

Fonte: autores (2022)

O diagnóstico das realidades dos vitivinicultores possibilitou identificar os sistemas produtivos utilizados (convencionais e orgânicos), as características socioeconômicas das unidades produtivas (agricultura familiar e agricultura não familiar) e, principalmente, o saber fazer dos agricultores em relação à elaboração dos vinhos. Esse panorama serviu de parâmetro para a definição das atividades subsequentes, bem como para adequar a linguagem e as estratégias pedagógicas utilizadas nas atividades. Nesse sentido, a abordagem da extensão como comunicação entre sujeitos (Freire, 2015) mostrou-se aderente às proposições extensionistas.

As análises químicas das uvas foram realizadas com o intuito de avaliar os parâmetros físico-químicos do ponto de colheita costumeiramente praticado pelos

agricultores. As coletas, inicialmente, contaram com o apoio da EPAGRI e da Secretaria Municipal da Agricultura e, posteriormente, passaram a ser fornecidas como prestação de serviço pela UFSC. Além disso, a Prefeitura Municipal de Curitiba fez uma parceria com a UFSC na montagem do Laboratório de vinificação, o qual tem como contrapartida as atividades de pesquisa e extensão voltados aos vitivinicultores da região. Assim, diversos parâmetros passaram a ser analisados, com destaques para os sólidos solúveis totais (SST, °Brix), a acidez total titulável (ATT, em mEqH⁺/L) e o pH.

A primeira atividade prática foi um dia de campo sobre “poda em *vitis vinífera*”, realizada no campo experimental da UFSC. A partir do diálogo com os viticultores, em que estes descreveram como realizavam a poda em suas unidades produtivas, foram feitas algumas demonstrações práticas de como realizá-la no sistema de condução em espaldeira.

Figura 2 – Dia de campo sobre poda em videiras



Fonte: autores (2021)

Nessa atividade, os agricultores puderam observar de maneira detalhada as diferentes possibilidades de condução da poda nas videiras e sua importância na formação do vinhedo. A condução metodológica do trabalho, orientada pelo diálogo, possibilitou aos viticultores tirar dúvidas pontuais e sistêmicas acerca da poda, da brotação, do desenvolvimento vegetativo e do controle de doenças nas videiras.

Previamente à realização do curso de vinificação, foi produzida uma cartilha prática sobre o tema. A proposta da cartilha foi de colaborar com a qualificação dos processos enológicos a partir da identificação de alguns gargalos cruciais do mesmo, tais como o ponto mais apropriado de colheita das uvas, a sanitização do ambiente e dos utensílios, as temperaturas adequadas em cada etapa do processo, a observação sensorial de defeitos e medidas para sua correção, as trasfegas e o local apropriado para armazenamento do produto final. A cartilha foi entregue aos agricultores durante a realização do curso de vinificação e foi escrita de modo a adequar a linguagem técnica à pluralidade sociocultural (Klerkx; Landini; Santoyo-Cortés, 2016; Knook; Turner, 2020).

O curso prático de vinificação teve como foco a ampliação das metodologias de elaboração de vinhos, apresentando diferentes possibilidades para a vinificação com o objetivo de estimular a diversificação dos produtos elaborados. As uvas utilizadas foram cedidas pelos viticultores e colhidas conforme protocolos das análises químicas anteriormente referidas. O curso foi conduzido de maneira prática e participativa, sendo que em cada procedimento, previamente, realizava-se um diálogo com o intuito de comparar as práticas e experiências dos vitivinicultores. Esse formato pedagógico pautado no dialogismo (Freire, 2015) proporcionou a mobilização de conhecimentos interdisciplinares (Follmann, 2014) e na convergência de diferentes saberes.

Figura 3 – Curso prático em vinificação



Fonte: autores (2022)

No curso foram elaborados diferentes estilos de vinho (brancos, tintos e rosés). A intenção era mostrar como a utilização de diferentes processos de vinificação podem proporcionar, com a mesma uva, produtos distintos e variados. Os processos subsequentes de elaboração do vinho, tais como a fermentação alcohólica, a chaptalização, o controle da densidade, as trasfegas, a clarificação, a segunda sulfitação, a fermentação malolática e a estabilização proteica, os quais variam conforme o tipo de vinho que se produz, foram descritos na cartilha entregue aos agricultores.

Assim que os vinhos ficaram prontos, o grupo de trabalho organizou uma atividade de degustação denominada de “Teste de aceitabilidade”. O evento, realizado no Mercado Público Municipal de Curitiba, contou com a participação dos agricultores que participaram do curso e do público em geral.

Figura 4 – Teste de aceitabilidade dos vinhos elaborados



Fonte: autores (2022)

Do ponto de vista metodológico, a atividade consistiu em uma avaliação sensorial e degustativa dos vinhos elaborados. Para o público em geral, a atividade objetivou identificar a aceitabilidade em termos de mercado consumidor por meio do preenchimento de uma ficha avaliativa; para os agricultores foi a continuidade das

ações pedagógicas anteriores. Essa atividade buscou sintetizar a perspectiva de aprendizado da experiência a partir daquilo que é sentido pelos sujeitos (Larossa, 2021) e, nesse caso, passou pela rememoração sensitiva dos vinhos elaborados anteriormente, pela importância de se considerar os parâmetros químicos do ponto de colheita e, por fim, da experiência sensorial da degustação.

De maneira complementar às atividades de degustação, foi realizado um curso técnico de análise sensorial. A ideia dessa atividade era aperfeiçoar os conhecimentos já incorporados nos processos pedagógicos anteriores a fim de sofisticar as habilidades dos vitivinicultores, inclusive, para a futura venda dos seus produtos aos consumidores. A atividade foi conduzida por um sommelier profissional e contou com a participação tanto de agricultores como do público em geral.

Figura 5 – Curso técnico de análise sensorial



Fonte: autores (2022)

No ano de 2024, uma nova organização passou a fazer parte do grupo de instituições voltadas à vitivinicultura no município de Curitiba: a *UnaViti* (Cooperativa agroindustrial dos Fruticultores de Curitiba e região), com foco na produção de uva, suco e vinho. Ainda fase inicial de suas atividades, a cooperativa demandou à UFSC e à EPAGRI a realização de um ciclo de palestras técnicas para seus associados.

O conjunto de ações extensionistas realizadas pode ser sintetizado pela convergência entre: o ponto de partida da realidade dos agricultores, com seus saberes e experiências; o trabalho colaborativo interinstitucional, com competências e habilidades plurais; e a concepção da extensão rural como um processo de educação continuada ancorada no aprendizado pelo sentido das experiências. Desse modo, o pluralismo institucional tem respondido às demandas dos vitivinicultores do município e contribuído para o desenvolvimento da cadeia de valor da vitivinicultura.

Figura 6 – Ciclo de palestras sobre viticultura e enologia



Fonte: autores (2024)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da vitivinicultura no território do Planalto Catarinense tem ocorrido por meio de um conjunto de ações interinstitucionais. No município de Curitiba, sob a ótica do pluralismo institucional e da atuação interdisciplinar, as ações extensionistas mostraram-se efetivas para estimular o desenvolvimento de competências e habilidades dos vitivinicultores para a geração de novos produtos. Isso foi possível muito em função das ações extensionistas terem sido conduzidas pelos pressupostos pedagógicos do dialogismo, da participação, do direcionamento voltado

para proporcionar o aprendizado a partir da experiência e da abertura para a condução interdisciplinar das ações.

Dessa maneira, pode-se inferir que o extensionismo rural, na atual conjuntura histórica, precisa incorporar a complexidade em seus escopos pedagógicos, comunicativos e institucionais. O pluralismo institucional contempla essa complexidade em termos de demandas e dos papéis a serem desempenhados pela extensão rural, porém, é preciso avançar na criatividade pedagógica e na busca pela concretização da interdisciplinaridade para que tais aspectos possam ser efetivamente contemplados.

AGRADECIMENTOS

Os proponentes agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC - 2021TR1766) e a Prefeitura de Curitiba (Lei No 6.651/2022) pelo apoio financeiro, Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e Associação dos Produtores de Uva e Vinho de Curitiba (APRUVAC) pelo suporte operacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-81.

ARRUTI, José Maurício. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (org.). **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; ActionAid, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais**. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/documento-do-grupo-de-trabalhosobre-comunidades-negras-rurais>. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Seção 1, p. 316.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Certificação quilombola**: comunidades certificadas, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menudepartamentos/dpa/comunidades-certificadas/tabela-crq-completa-certificadas-04-07-2023.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Instrução Normativa n.º 57, de 20 de outubro de 2009**. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/in57-2009.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. Presidente da República assina 15 decretos de Declaração de Interesse Social para quilombos. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/presidente-da-republica-assina-15-decretos-de-declaracao-de-interesse-social-para-quilombos#:~:text=A%20retomada%20da%20pol%C3%ADtica%20quilombola>. Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**. Brasília, DF, 2013.

CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 133-139, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/GhqFYFrwN6TyWHNPxTLGgcs/?lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2021.

CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: BRASIL. **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: MDS, 2014. p. 25-50. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obraisemmiseria.pdf. Acesso em: 6 set. 2021.

CARNEIRO, Camila; SANTOS, Celiana Nogueira. A importância do programa de fomento às atividades produtivas rurais para a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 2, p. 164-175, 2016. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5270/2895>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CESAR, Shymena de Oliveira Barros Brandão. **Programa Brasil Quilombola: uma análise da implementação do eixo inclusão produtiva e desenvolvimento local na comunidade quilombola Tabacaria, em Alagoas**. 2020. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas) – Centro Universitário Tiradentes, Maceió, AL, 2020.

DALOSTO, Cássius Dunck; DALOSTO, João Augusto Dunck. Políticas públicas e os quilombos no Brasil: da Colônia ao governo Michel Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 545–564, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9245/5525>. Acesso em: 20 ago. 2023.

EMATER-RS/ASCAR. **Plano de trabalho do projeto piloto**. 2017.

FIABINI, Adelmir. **Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil 1988-2008**. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2008.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 145 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 225 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

LITTLE, Paul Elliott. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, 2002-2003, p. 251-290, 2004.

MACEDO, João Heitor Silva. **Cultura, educação e ensino de história: combate ao racismo: narrativas sobre a Lei 10.639/03**. 2018. 221 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de História, Santa Maria, RS, 2018.

MELLO, Janine. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. 244 p. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181220_livro_estrategias_de_superacao.pdf. Acesso em: 6 set. 2021.

MENDONÇA, Leticia Koepfel et al. A construção de uma política de assistência técnica e extensão rural para superação da extrema pobreza. In: MELLO, Janine (org.). **A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo**. Brasília, DF: MDS, 2015. p. 50-69.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n.º 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 509 p.

SILVA, André Ricardo Fonsêca da. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, v. 1, n. 48, p. 115-128, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/27650/20480>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILVA, Ane Elyse Fernandes; CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. Reflexões sobre o processo de ressemantização do conceito de quilombo. **Revista de Geografia - PPGeo - UFJF**, Juiz de Fora, v. 6, n. 3, p. 293-304, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/18033/9328>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SIMONARD, Pedro; CÉSAR, Shymena Brandão; SILVA NETO, Aristoteles Sales; MONTEIRO, Lorena Madruga. Um estudo sobre a implementação do Programa Brasil Quilombola nos povoados Ribeira e Tabacaria, Alagoas. **Amazonica: Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1, p. 231-252, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/7835/6525>. Acesso em: 26 jan. 2023.

XAVIER, Fabiana Guimarães. **Políticas públicas para a cultura negra: a Fundação Cultural Palmares**. 2018. 168 p. Dissertação (Mestrado – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, BA, 2018.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

1 – Cleber José Bosetti

Professor Adjunto do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

<https://orcid.org/0000-0003-3117-8998> • cbbosetti@yahoo.com.br

Contribuição: Conceituação, metodologia, redação do manuscrito original.

2 – Cristian Soldi

Professor Adjunto na Universidade Federal de Santa Catarina - Campus de Curitibanos

<https://orcid.org/0000-0002-3326-8893> • cristian.soldi@ufsc.br

Contribuição: Investigação, recursos e revisão.

3 – Leocir José Welter

Doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Karlsruhe - Alemanha

<https://orcid.org/0000-0003-1527-7603> • leocir.welter@ufsc.br

Contribuição: Investigação, recursos e revisão.

Como citar este artigo

Bosetti, C. J.; Soldi, C.; Walter, L. J. Extensão rural e pluralismo institucional: experiências com a vitivinicultura no Planalto Catarinense. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 32, p. 01-17. 2025. DOI 10.5902/2318179673483. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179673483>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.